

Fim do Neoliberalismo?

Luiz Filgueiras, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Ana Prestes, Henrique Pereira Braga, Marcelo Dias Carcanholo e Clarice Campelo de Melo Ferraz debatem se o período histórico marcado pelo neoliberalismo terminou, à luz do choque tarifário e crise de hegemonia dos EUA, ruína da ordem global multilateral, avanço da extrema direita e neofascismo, dominação do sistema financeiro no Ocidente e efeitos das políticas neoliberais no Brasil.

*Tatiana Brettas escreve para a série
“Atualizando o debate sobre dependência econômica”*



Neoliberalismo

■ Os países desenvolvidos do Ocidente, a começar pelos EUA, abandonaram o neoliberalismo? Qual é a situação no Brasil e outros países periféricos? Os dogmas neoliberais se incorporaram aos valores das pessoas?

Luiz Filgueiras, da Ufba, avalia que a crise de hegemonia dos EUA empurra o país a negar determinadas políticas típicas da ordem neoliberal em nome de seus interesses. Mas isso não significa uma tendência à sua difusão para o resto do mundo e, muito menos, o “abandono” do neoliberalismo, enquanto uma ordem mundial capitalista sob o domínio financeiro.

Plínio de Arruda Sampaio Júnior, do site Contrapoder, aponta que a crise terminal da ordem global multilateral impulsionada pelos EUA nas últimas cinco décadas não significa o fim do neoliberalismo como superestrutura que rege o modo de produção e de vida do capitalismo contemporâneo. Antes o contrário.

Ana Prestes, cientista social e historiadora, destaca que o neoliberalismo tem perdido legitimidade nos países centrais que o impulsionaram. As condições internacionais são mais favoráveis para que os países da América Latina afastem o fantasma do neoliberalismo, mas este cenário coincide com um avanço da extrema direita na região.

Henrique Pereira Braga, da UFRJ, ressalta que, após a crise de 2008, o neoliberalismo parece ter dado lugar, paulatinamente, ao neofascismo: uma combinação peculiar de “empreendedores de si mesmos” com imputação das mazelas individuais, societárias, políticas e culturais a um grupo social específico – imigrantes, comunistas, gays etc. – que deveria ser exterminado.

Marcelo Dias Carcanholo, da UFF, afirma que o fim do neoliberalismo já foi decretado algumas vezes, mas ele (ainda) não morreu. O choque tarifário dos EUA modifica um dos componentes do neoliberalismo, mas não altera seu sentido e a necessidade de sua continuidade e aprofundamento.

Clarice Campelo de Melo Ferraz, do Instituto Ilumina, faz um balanço dos efeitos deletérios das políticas neoliberais no setor elétrico brasileiro. Sob gestão privatizada, a Eletrobras deixou de ser um instrumento de investimentos estruturantes, de pesquisa e desenvolvimento e de estabilização dos preços no setor elétrico brasileiro para se tornar um instrumento de estresse sobre os preços.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Tatiana Brettas.

Sumário

Neoliberalismo e crise da hegemonia dos EUA 3
Luiz Filgueiras

A etapa superior do neoliberalismo 6
Plínio de Arruda Sampaio Júnior

Neoliberalismo: uma assombração que ronda a América Latina há mais de três décadas..... 8
Ana Prestes

Depois da Era de Ouro 10
Henrique Pereira Braga

Neoliberalismo: incompreendido e duro de matar 13
Marcelo Dias Carcanholo

Primeiros resultados das políticas neoliberais no setor elétrico brasileiro 15
Clarice Campelo de Melo Ferraz

Entre a dependência e a universalização dos direitos: um exame do debate sobre o financiamento das políticas sociais no Brasil 17
Tatiana Brettas

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioao vivo.html e www.programafaixa livre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: José Antonio Lutterbach Soares, Luis Gustavo Vieira Martins, Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Luis Gustavo Vieira Martins. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2026-2028) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026) Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2025-2027) José Antonio Lutterbach Soares, Antonio José Alves Junior, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2026-2028) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026) Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2025-2027) Anderson Carlos Nogueira Oriente, Mauro Osório da Silva, José Ricardo de Moraes Lopes.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2025 a 2028

Coordenação de Relações Institucionais: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador geral), Sidney Pascountto da Rocha.

Coordenação de Relações Sindicais: Fernando D'Angelo Machado, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, João Manoel Gonçalves Barbosa, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças: Antonio dos Santos Magalhães, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares.

Conselho Fiscal: Maria da Glória Vasconcellos T. Lacerda, André Luiz Silva de Souza, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Neoliberalismo e crise da hegemonia dos EUA

Luiz Filgueiras*

Introdução

A partir principalmente do segundo Governo Trump, os EUA passaram a criticar e deslegitimar todas as instituições, fóruns e acordos internacionais constitutivos da ordem neoliberal construída, sob a sua liderança, desde os anos 1980; alguns deles, como o FMI, o Banco Mundial, o GATT (depois OMC) e a ONU, surgidos ainda no final da Segunda Guerra Mundial ou imediatamente após. Ao mesmo tempo, adotaram uma política comercial protecionista contra o resto do mundo, com a implementação de elevadíssimas tarifas de importação e a defesa agressiva de suas grandes corporações, em especial as *big techs*, apoiando-as na disputa impulsionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Para alguns (ou muitos?) observadores e analistas, esse comportamento estaria evidenciando o “abandono do neoliberalismo” pelos países centrais do capitalismo contemporâneo, com destaque para os EUA. A defesa e a prática do “livre-comércio” e “livre-fluxo de capitais”, segundo essa visão, estariam sendo superadas por um novo tipo de mercantilismo. Mas, de forma contraditória, o neoliberalismo e o seu receituário econômico continuariam presentes nos países periféricos.

O entendimento aqui assumido é distinto dessa perspectiva. Na verdade, o “novo” comportamento adotado pelos EUA expressa e resulta, sobretudo, da crise de hegemonia por que passa o líder do imperialismo ocidental – posição esta assumida desde o fim da 2ª Guerra Mundial e que perdeu durante e após a denominada Guerra Fria. Durante, em um contexto de uma ordem internacional bipolar e após, com a queda do leste europeu, em uma situação unipolar, na qual assumiu a condição de única potência mundial existente.

Atualmente a questão central da nova ordem mundial, que está se constituindo no século XXI com a ascensão da China, é o retorno da bipolaridade na geopolítica internacional, que desafia a hegemonia dos EUA. Para não deixar dúvidas, “hegemonia” é entendida aqui não apenas como dominação (na qual se sobressai a força); pois, para se tornar efetiva, necessita ser completada pelo consentimento dos dominados (no qual se destaca a capacidade de convencimento político, alicerçado moral e culturalmente). Em suma, a hegemonia implica a capacidade de produzir um amplo consenso; capacidade esta que os EUA e o seu imperialismo já não têm mais.

O que é o neoliberalismo

A literatura sobre o “neoliberalismo”, considerando todos os pontos de vista e concepções existentes sobre esse fenômeno (com destaque para os campos marxista e foucaultiano), assim como seus múltiplos aspectos e dimensões (filosófico, ideológico, econômico e político), é realmente enorme, ampla e exaustiva.

Comporta desde uma concepção que o considera, antes de tudo, um projeto político de classe (Harvey), de restauração do poder do capital pós-experiência do Fordismo/Estados de Bem-Estar Social, até a que considera o neoliberalismo como, sobretudo, uma nova racionalidade, que passou a dominar e dirigir todas as relações sociais e a definir um novo indivíduo alienado, desconectado da ação coletiva e que vê em si mesmo uma espécie de empresa em permanente competição com os outros. Uma nova governamentalidade, que o orienta e conduz (Dardot e Laval).

Os distintos pontos de vista e dimensões não se negam necessariamente; antes podem ser complementares, se devidamente qualificados e articulados em uma compreensão totalizante, que ressalte o que o “neoliberalismo” não é.



CLIQUE E OUÇA



fronto entre mais ou menos Estado, mas sim do confronto entre determinados tipos de Estado: o Estado neoliberal *versus* o Estado social-democrata/socialista ou, no caso do liberalismo clássico, a oposição entre o Estado liberal e o Estado absolutista. O que remete não ao tamanho e à menor ou maior presença do Estado na sociedade e na economia, mas à sua natureza, ao bloco de poder que o comanda e que dirige

Em primeiro lugar, o neoliberalismo não é uma mera continuação e atualização do liberalismo do século XVIII e XIX. Este último, quando de seu surgimento, foi apresentado e entendido como, supostamente, uma “ordem natural”, em oposição à “ordem revelada”, até então dominante na cosmologia pré-capitalista e pré-burguesa, própria do *ancien régime* anterior à Revolução Francesa. Uma ordem natural associada ao “livre mercado” e ao *laissez-faire*, em oposição ao Estado absolutista e ao mercantilismo. O neoliberalismo, por sua vez, tal como formulado e entendido pelos seus fundadores (Colóquio Walter Lippmann - 1938 e Sociedade de Mont Pèlerin - 1947), nega esses dois postulados, ao assumir que a ordem (neo)liberal é uma “ordem construída”, uma “ordem moral”, que deve ser garantida por um Estado forte. Para eles, não há qualquer garantia que a ordem liberal se constitua, e continue existindo, de forma espontânea, a partir da existência de qualquer tipo de “lei natural”.

Assim, e em segundo lugar, o neoliberalismo não se relaciona à defesa e implementação de um “Estado mínimo” ou, o que é mais equivocado ainda, à ausência do Estado. Não se trata, em absoluto, de um con-

as políticas econômico-sociais daí derivadas, em conformidade com os interesses das classes dominantes e suas frações.

Em terceiro lugar, o neoliberalismo, do mesmo modo que outros fenômenos universais, entre eles o próprio capitalismo e o seu desenvolvimento, assim como a democracia liberal, não ocorre concretamente da mesma maneira; todos só se realizam e existem territorialmente, em formações econômico-sociais prévias muito distintas, derivadas de processos históricos diferentes. Isso significa que esses fenômenos, apesar de possuírem características comuns, tanto no centro como na periferia do capitalismo, apresentam especificidades, particularidades distintas, decisivas para a compreensão da estrutura e dinâmica dos diversos, e diferentes, países. Em resumo: a história importa; por isso esses fenômenos são iguais, mas diferentes, no centro e na periferia.

Em quarto lugar, o neoliberalismo também não se define exclusivamente por certas políticas e reformas “pró-mercado” (abertura comercial e financeira da economia, privatizações de empresas públicas, desregulação etc.). A sua força maior está na capacidade de sua racionalidade (ou ideo-

logia) e de seus valores fundamentais (individualismo e competição) serem introjetados nos corações e mentes dos sujeitos (indivíduos e instituições), condicionando e orientando o seu comportamento. É essa capacidade, sobretudo, que define a hegemonia atual do neoliberalismo no capitalismo contemporâneo, no centro e na periferia.

Em quinto lugar, o neoliberalismo não tem, por princípio, compromisso com a democracia. A afinidade eletiva entre a dominância financeira neoliberal, de um lado, e o imperialismo e o neofascismo contemporâneo, de outro, explicitou de vez o caráter autoritário do neoliberalismo, que já havia sido anunciado teoricamente por Hayek (*O Caminho da Servidão* - 1944) – quando prioriza a liberdade do capital em detrimento da democracia –, e politicamente na prática, quando do seu apoio à ditadura de Pinochet.

Por fim, o neoliberalismo não é apenas uma escolha política por parte dos sujeitos (Estados-nação, governos, instituições ou indivíduos); mais do que esta dimensão subjetiva, ele é a forma objetiva de existência do capitalismo financeirizado e de um novo modo de vida, como o fordismo o foi durante quase todo o século XX. Por isso, ele não pode ser simplesmente “abandonado”, mesmo que se alterem determinadas políticas econômicas que passem a ser disfuncionais para o imperialismo, pois além de estar organicamente articulado com o capital financeiro (que dele necessita), a sua lógica e racionalidade (incluindo o curto prazo e a volatilidade) estão entranhadas estruturalmente nas sociedades capitalistas contemporâneas. De forma direta: a dominância e hegemonia financeira, própria do capitalismo contemporâneo, não pode prescindir do neoliberalismo.

A nova ordem internacional e a perda de hegemonia dos EUA

A crise da hegemonia dos EUA é um processo longo e demorado, cujos sinais mais remotos podem ser identificados ainda no século XX, mais precisamente a partir dos anos 1970, quando, de forma unilateral, o Governo Nixon acabou com o padrão dólar-ouro, peça-chave do Acordo de Bretton



Woods (1944), que estabilizava as relações cambiais, comerciais e financeiras internacionais. Ainda nessa mesma década, o desgaste e desmoralização com a Guerra do Vietnã e, internamente, a luta pelos direitos civis da população negra já apontavam na mesma direção.

Esses primeiros sinais ocorreram após mais de duas décadas marcadas pela Guerra Fria, caracterizada pela bipolaridade geopolítica (capitalismo X comunismo), na qual os EUA assumiram a liderança incontestada do “Ocidente”. Durante esse período, a sua hegemonia se expressou em todas as dimensões: militar, econômico-financeira, política, cultural e moral. Posteriormente, com a queda do Leste Europeu, em especial da URSS no início dos anos 1990, inaugurou-se um período de domínio internacional unipolar – que implicou um comportamento cada vez mais imperial por parte dos EUA, com o abandono crescente da necessidade de suas ações serem sancionadas pela vontade da comunidade internacional, expressa nas diversas instituições multilaterais. A partir daí, a crise de hegemonia se instalou de vez.

Mas esse processo tem uma base material muito concreta: a crise do capitalismo nos anos 1970, que atingiu os países centrais, provocou um movimento de reestruturação produtiva e mundialização do capital continuadas e, ao mesmo tempo, impulsionou a ascensão do neoliberalismo como doutrina ideológica e política de Estado. A partir daí, o capitalismo sofreu uma transformação radical, que implicou a constituição de um novo regime de acumulação mundial sob a dominância financeira.

Nesse processo, os EUA foram perdendo o seu domínio econômico em diversas dimensões. O país tem um crescente déficit comercial estrutural há anos (consome mais do que produz), sofreu um forte processo de desindustrialização, tem uma enorme dívida pública que é financiada pelo resto do mundo e já não detém o domínio e monopólio absolutos das tecnologias de vanguarda.

Essa nova realidade se agravou e foi acompanhada pela ascensão da China, que desafia os EUA e aprofunda a crise de sua hegemonia – paradoxalmente, com a contri-

buição de suas grandes corporações. Atualmente a China, sob o critério de paridade de poder de compra, já se tornou a maior economia do mundo. Adicionalmente, é o maior país exportador de bens do mundo, tendo alcançado a condição de maior nação comercial (soma das exportações e importações) – e se constitui na principal parceira comercial de mais de 120 países.

Na primeira década (anos 1980) após a sua virada em direção a um capitalismo desenvolvimentista (para alguns um socialismo de mercado), as suas exportações concentravam-se em petróleo, alimentos e outros produtos primários. Desde os anos 2000, em sua pauta exportadora predominam os equipamentos eletroeletrônicos, máquinas, motores, equipamentos de energia solar e eólica, veículos e materiais de construção. Hoje, a China compete com os EUA em todas as tecnologias cruciais para o futuro imediato; suas empresas estão presentes em setores de alta tecnologia, expressando uma disputa que assume proporções geopolíticas estratégicas, em especial no que concerne à produção, inovação, desenvolvimento e controle dos semicondutores, a denominada “Guerra dos Chips” – com impactos econômico, político e militar.

Conclusão

O atual Governo Trump é a evidência cabal da crise da hegemonia dos EUA e, ao mesmo tempo, a aprofunda e a agrava. A sua vocalização sobre “a América em primeiro lugar” e ameaças ao resto do mundo, inclusive a parceiros tradicionais, com implementação de tarifas, vontade de anexar territórios e apoio/participação no genocídio da Gaza e na Guerra da Ucrânia, apenas piora o crescente isolamento político do país.

Por trás da demonstração de força, apoiada nas armas, evidencia-se não apenas uma crise de hegemonia, mas até de dominação e liderança de seu imperialismo. Hoje, entre os países relevantes na geopolítica internacional, os EUA só contam com apoio incondicional de Israel. A sua dominação, além de militar, ainda se sustenta tecnológica e financeiramente, em particular pela força ainda existente do dólar (e o seu sistema

de compensação) nas transações internacionais – mas que também está sendo contestada pela busca de novos arranjos de meios de pagamento.

O imperialismo aberto dos EUA vem, de fato, no discurso e na prática, se distanciando das políticas comerciais neoliberais no plano internacional, em uma tentativa desesperada, e inútil, de conter a sua perda de relevância econômica em vários domínios. Além disso, denuncia, acompanhando a extrema direita neofascista, a “globalização” que, supostamente, penalizaria os interesses dos EUA. Daí a deslegitimação das instituições multilaterais nas quais já não conta com decisões favoráveis para o seu novo comportamento adotado.

Em suma, a crise de hegemonia abre uma nova situação na geopolítica internacional, empurrando os EUA, no plano do discurso e na prática, a negarem, de fato, determinadas políticas típicas da ordem neoliberal em nome de seus interesses particulares. Mas isso nem de longe significa uma tendência à sua difusão para o resto do mundo e, muito menos, o “abandono” do neoliberalismo, enquanto uma ordem mundial capitalista sob o domínio financeiro.

Nos países periféricos, de capitalismo dependente, não há o menor sinal de superação do neoliberalismo, nem mesmo do ponto de vista de suas políticas e de seu programa-ideário econômico. E muito menos no que concerne à sua racionalidade e hegemonia ideológica. A transferência de excedentes, questão central da relação Imperialismo-Dependência, só se aprofundou no século XXI, com o domínio/monopólio das tecnologias de informação e comunicação pelas *big techs*. No caso do Brasil, o neoliberalismo e a dominância financeira constituem a marca central do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico configurado no país desde o início dos anos 1990, e prevalecente até hoje, independentemente dos distintos Regimes de Política Macroeconômica, e dos seus respectivos governos, que se sucederam ao longo desse período.

** É professor titular aposentado da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (Ufba).*



A etapa superior do neoliberalismo

Plínio de Arruda Sampaio Júnior*

■ A crise terminal da ordem global multilateral impulsionada pelos Estados Unidos nas últimas cinco décadas não significa o fim do neoliberalismo como superestrutura que rege o modo de produção e de vida do capitalismo contemporâneo. Antes o contrário. A história revela que, na era neoliberal, as inúmeras crises econômicas são invariavelmente enfrentadas pela burguesia com novas rodadas de contrarreformas liberais.

Na contramão do que um paralelo apressado com a crise da ordem internacional nos anos 1930 poderia sugerir, não há indício de que o esgotamento da globalização multilateral possa colocar em xeque os cânones do neoliberalismo. O que distingue o liberalismo de Hayek, Mises e Friedman do velho liberalismo de Ricardo, Mill e Marshall é precisamente a institucionalização do princípio da absoluta primazia do grande capital nas estruturas que condicionam as decisões do Estado. Cristalizando-se como uma contrarrevolução permanente, a ordem neoliberal queima todas as pontes que possam abrir brechas para um retorno do papel do Estado como demiurgo do desenvolvimento nacional e artífice de políticas de bem-estar social.

Ao desarticular a divisão internacional do trabalho e dismantelar o sistema monetário internacional baseado no padrão ouro, a crise econômica de 1929 criou a possibilidade de formação de regimes centrais de acumulação com relativa autonomia no sistema capitalista mundial. Os países que aproveitaram o novo contexto histórico para consolidar minimamente sua soberania monetária tiveram a possibilidade de mobilizar o Estado para proteger o mercado interno, promover a industrialização nacional e expandir as políticas públicas.

A crise da ordem global multilateral desenvolve-se de maneira distinta. Enquanto o sistema monetário internacional baseado

no dólar norte-americano permanecer vigente como amálgama da economia mundial, as sociedades nacionais permanecerão sujeitas à disciplina férrea que as submete às exigências liberalizantes dos capitais internacionais (estrangeiros e nativos). A livre mobilidade dos capitais e o princípio do Estado mínimo – mínimo para fazer políticas públicas e máximo para defender os interesses do capital – solapam as bases dos centros internos de decisão. Sem controle sobre a moeda nacional e a base fiscal, os Estados nacionais ficam à mercê dos humores do mercado internacional e tornam-se permanentemente sujeitos aos ataques desestabilizadores do capital internacional e às imposições do império norte-americano.

Filosofia de uma burguesia condenada a administrar o declínio do capitalismo como modo de produção, o neoliberalismo é o programa que corresponde à necessidade de defender o capital a qualquer custo contra o desregramento democrático – que perverteria o livre funcionamento dos mercados – e contra a ameaça socialista – que colocaria em questão a própria continuidade da propriedade privada e da relação capital-trabalho. A blindagem institucional e mental consolidada pela contrarrevolução monetarista transforma o Estado burguês numa fortaleza inexpugnável do capital. Resguardada de pressões oriundas da soberania popular, a agenda e a não agenda da política econômica ficam totalmente circunscritas aos interesses do capital.

Mais do que uma força suspensa na superestrutura, o neoliberalismo encontra-se enraizado nas bases produtivas que condicionam a reprodução ampliada de capital em escala global. Levado o capitalismo aos rincões mais remotos do planeta, a integração profunda do mercado mundial solapa as bases objetivas e subjetivas para políticas voltadas à promoção do desenvolvimento nacional.

A mundialização das forças produtivas, potencializada pelo desenvolvimento das



cadeias de valor, corroeu os sustentáculos materiais dos espaços econômicos nacionais. A mundialização financeira, catalisada pela hipertrofia do capital fictício, levou ao limite a mobilidade espacial dos capitais. A internacionalização de capital redundou na formação de burguesias cosmopolitas, sem nexos morais com as classes subalternas. Nessas condições, é simplesmente impossível imaginar a possibilidade de políticas capazes de subordinar a acumulação de capital aos desígnios da sociedade nacional.

Expressão da contradição irreduzível entre a organização das forças produtivas em escala mundial e a reprodução das relações de produção em bases nacionais, a exaustão dos mecanismos ativados nas últimas décadas para contrabalançar a tendência decrescente da taxa de lucro – materializados na forma de uma globalização multilateral – exacerba a luta de vida ou morte entre os grandes blocos de capitais pelo controle do mercado mundial. O espectro de liquidação violenta de capitais anacrônicos acirra as pulsões destrutivas do capital.

A resposta norte-americana para a crise do multilateralismo – a globalização unilateral baseada na lei do mais forte – não significa uma ruptura com os princípios do fundamentalismo de mercado. A reconfiguração da ordem global não questiona os princípios fundamentais da doutrina neoliberal. Os Estados Unidos não renunciam ao papel do dólar como moeda internacional, mas procuram conter a crescente influência da moeda chinesa; não buscam um isolacionismo do comércio internacional, mas a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias à exportação de produtos norte-americanos; não propõem restrições aos movimentos de capitais, mas condições ainda mais favoráveis para as operações de suas empresas no exterior; e não abandonam a hostilidade contra as leis de proteção aos direitos trabalhistas e contra as políticas públicas universais, mas seu recrudescimento.

Com a rejeição ao multilateralismo, os Estados Unidos pretendem apenas conter a concorrência de capitais rivais, sobretudo chineses, e obter, pela violência, se necessário, vantagens para seus conglomerados econômicos em todos os territórios da economia mundial. A burguesia norte-americana

na não admite ceder a liderança tecnológica e financeira aos concorrentes, perder sua condição privilegiada no mercado mundial e sofrer qualquer tipo de restrição de acesso às fontes de matérias-primas críticas.

A busca desesperada para recuperar a competitividade de suas empresas é complementada no plano nacional com medidas para diminuir a presença do Estado na economia, fomentar a concorrência predatória entre os trabalhadores e eliminar barreiras à livre atuação da iniciativa privada. Não surpreende que o governo Trump tenha impulsionado uma série de iniciativas para perseguir os imigrantes, restringir a liberdade de organização política e sindical, limitar a representatividade das minorias sociais no parlamento, e retirar direitos das mulheres, das minorias étnicas e das comunidades LGBT.

A pretensão dos Estados Unidos de se arvorar em xerife da economia mundial e redefinir arbitrariamente as regras da ordem internacional deve agravar as contradições que impulsionam a crise estrutural do capital. Ao fragmentar o mercado mundial e impor restrições à dinâmica que rege a especialização da divisão internacional do trabalho, o fim da globalização multilateral aguça a concorrência entre os grandes blocos de capital pelo controle da economia mundial. A captura do Estado como força pretoriana das megacorporações será intensificada em todos os países.

Para a América Latina como um todo e para o Brasil em particular, o marco histórico é particularmente adverso. A crise da ordem liberal na terceira década do século XX permitiu que algumas economias da região aumentassem a sua autonomia relativa e desenvolvessem um processo de industrialização por substituição de importações. A globalização multilateral, que ganhou impulso na década de 1980, desencadeou um processo de especialização regressiva na divisão internacional do trabalho, decretando a crise terminal da industrialização subdesenvolvida e o início de um movimento de reversão neocolonial. Sob o corolário Trump à Doutrina Monroe, a globalização unilateral condena a região ao triste papel de mero apêndice do império norte-americano, colocando em questão a própria capacidade das sociedades latino-americanas de preserva-



rem um mínimo de soberania nacional.

A distância entre o que Washington pretende e o que de fato consegue realizar é desconhecida. Qualquer que seja o caráter que assuma a reorganização do sistema capitalista mundial, não há retorno possível para alguma forma de keynesianismo. Na lógica que preside o movimento da crise estrutural do capital, a liberalização das condições de atuação da iniciativa privada e a crescente mercantilização da vida são uma via de mão única. Dentro do circuito fechado da ordem burguesa, pode-se graduar o ritmo e a intensidade desses processos, mas não seu sentido.

O neoliberalismo é a superestrutura jurídica e ideológica que corresponde ao capitalismo sem freios de nossa época. A tendência em curso é de mutação da globalização multilateral para uma forma de tirania de mercado ainda mais extremada, violenta e regressiva. A tendência de reorganização da economia mundial aponta para uma combinação perversa de neoimperialismo, neocolonialismo e anarcocapitalismo. A ofensiva permanente do capital sobre o trabalho e o meio ambiente será levada ao paroxismo. Para ir além do neoliberalismo, seria preciso ir além do capital.

** É professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp e membro do Conselho Editorial do site Contrapoder.*

Neoliberalismo: uma assombração que ronda a América Latina há mais de três décadas

Ana Prestes*

■ Passadas quase quatro décadas do anúncio do Consenso de Washington¹ (1989) e seu receituário neoliberal, como expressão da nova ordem mundial pós-Guerra Fria, espanta que suas diretrizes sobrevivam com mais vigor exatamente onde seus resultados foram mais limitados. Enquanto, na atualidade, Estados Unidos e países europeus estão muito mais adeptos de um capitalismo estratégico e utilizam intensamente instrumentos estatais para disputar a fronteira da tecnologia, principalmente com a China, salvaguardar sua indústria e o poder geopolítico que ainda detêm, parte significativa da América Latina continua debatendo prescrições formuladas para um mundo que já não existe. A pergunta que se impõe, portanto, é por que tantos países ainda permanecem presos a um paradigma que seus próprios formuladores abandonaram na prática. Ao longo dos anos 1980, também conhecida como a “década perdida latino-americana”, a América Latina se encontrava sob forte endividamento externo e trilhava uma intensa luta para encontrar o caminho da democratização em seus Estados nacionais. Na virada para os anos 90, a região foi presa fácil e tornou-se o principal laboratório das reformas neoliberais. Praticamente todos os países da região foram pressionados, seja por organismos multilaterais, mercados financeiros e principalmente pelos governos das economias centrais, a implementar programas de ajuste estrutural nos moldes neoliberais. O pressuposto da receita era tão simples quanto simplório. Quanto menor o Estado e maior a liberdade dos mercados, maior seria o crescimento econômico, a produtividade e a convergência dos países periféricos em direção aos padrões de desenvolvimento das economias avançadas.

Na Argentina de Menem, no Brasil de FHC, no Peru de Fujimori, na Bolívia de Lozada, na Colômbia de Gaviria, na Venezuela de



Andrés Pérez e no Chile de Aylwin e Eduardo Frei, que já vinha implementando o neoliberalismo desde os anos 80, a ordem unida era privatizar, realizar aberturas financeiras e comerciais, diminuir a máquina do Estado e adaptar as contas públicas a um ajuste fiscal máximo. E o resultado não demorou muito a aparecer em forma de desindustrialização, redução do conteúdo tecnológico da produção, aumento da dependência de importações, financeirização com elevação dos juros, diminuição dos projetos de políticas de desenvolvimento, expansão da dívida pública, aumento de tarifas básicas, cortes em áreas sociais como saúde e educação, desnacionalização de setores estratégicos, perda da capacidade de planejamento estatal, reforço dos monopólios privados, aumento brutal da desigualdade, da concentração de renda, da precarização do trabalho, do crescimento do emprego informal e diminuição da capacidade do Estado. Este cenário ajuda a explicar a reprimarização das economias latino-americanas e a extrema vulnerabilidade externa a que passaram a estar sujeitas. Não por acaso, se tornaram cada vez mais sensíveis e suscetíveis às variações dos fluxos internacionais de ca-

pital e passaram a viver uma sucessão de crises econômicas como as do México em 1994, Brasil em 1999, Equador em 1999, Argentina em 2001 (uma das mais icônicas) e Uruguai em 2002. Como resposta à agudização das chagas sociais provocadas pela agenda neoliberal, emergiu uma sucessão de protestos e levantamentos populares ancorados em um discurso antineoliberal. E foi com base neste ideal que se elegeu uma série de lideranças que formariam o conjunto de presidentes e presidentas do chamado ciclo progressista latino-americano, inaugurado com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em dezembro de 1998. Na sequência de Chávez, foram eleitos, nos primeiros anos do século XXI, Lula, no Brasil, Néstor Kirchner, na Argentina, Tabaré Vázquez, no Uruguai, Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, Funes em El Salvador, Lugo, no Paraguai, Bachelet, no Chile². Em graus e intensidades distintas, esses governos procuraram recuperar políticas de desenvolvimento, com instrumentos de reativação da política industrial, fortalecimento das empresas públicas, ampliação dos programas sociais e aumento da capacidade de intervenção do Estado. Passaram a atuar de forma coordenada em busca de uma integração regional de modo a antagonizar com a proposta neoliberal dos EUA de impor uma Área de Livre Comércio das Américas, a Alca (derrotada na Cúpula das Américas de Mar del Plata em 2005). Até 2015, com a eleição de Macri na Argentina e quando o ciclo progressista começa a perder força, os governos progressistas tentaram afastar o fantasma do neoliberalismo da região.

Digo “tentaram” porque, embora cada um desses governos tenha tido a capacidade de ampliar a capacidade distributiva e social do Estado, não foram suficientemente capazes de alterar as estruturas de inserção internacional, reverter a financeirização e o funcionamento macroeconômico de suas economias herdado do período de hege-

monia neoliberal. As possibilidades de rompimento se mostraram muito estreitas do ponto de vista do sistema operante para favorecer o fluxo de capitais, com agências de risco onipresentes, mercados cambiais impositivos, cadeias produtivas fragmentadas, elevada dependência de *commodities* no comércio internacional (com aumento da demanda chinesa por petróleo, minério de ferro, soja, cobre e outros itens). Tudo isso com indústrias quebradas e defasagem tecnológica já acentuada. Provavelmente a Venezuela foi o único país que conseguiu mudar em maior grau sua matriz econômica, mas é um país com um ativo de petróleo incomparável com os demais.

O ciclo progressista revelou que superar governos neoliberais é algo bem distinto de superar o neoliberalismo como regime de funcionamento e acumulação do capitalismo. Os governos progressistas conseguiram mudar as prioridades do Estado, ao ampliarem políticas sociais, fortalecerem salários, reduzirem a pobreza, ampliarem redes de universidades e ensino técnico, recuperarem ou fundarem bancos públicos, nacionalizarem ou impedirem a privatização de empresas de setores estratégicos. Mas todas essas medidas se deram em um cenário de financeirização, exportação de *commodities*, crescente dependência tecnológica, predominância e domínio do dólar e elevada mobilidade de capitais. O desafio do desenvolvimento, portanto, revelou-se mais profundo do que a alternância de governos, mas exigia alteração das condições nacionais e internacionais que sustentavam aquele padrão de acumulação.

De lá pra cá, o que mudou? De modo analítico, podemos formular que o contexto internacional de 2026 oferece condições mais favoráveis para a construção de alternativas ao neoliberalismo do que existiam no início dos anos 1990 ou durante a primeira onda de governos progressistas na América Latina. Um sinal disso é que o neoliberalismo tem perdido legitimidade nos próprios países centrais que o impulsionaram. Os EUA, por exemplo, têm utilizado subsídios industriais, tarifas (marca do trumpismo), compras governamentais, restrições a investimentos estrangeiros. A União Europeia tem flexibilizado antigas regras de concorrência para

fortalecer sua indústria. Por outro lado, a China tem revelado um outro caminho para o desenvolvimento, com planejamento estatal, política industrial pujante e forte investimento público com eficiência econômica e inserção competitiva na economia mundial.

Outros fatores que alteram as condições de enfrentamento ao neoliberalismo na região são aqueles provocados pela pandemia da Covid, por exemplo, nos primeiros anos da década, com efeitos no gasto público e planejamento estatal. Também a mudança de eixo da ordem global para uma disputa geopolítica multipolar em contraponto a uma lógica de globalização hegemonizada pelos países centrais do capitalismo. Este cenário levou à busca por soberania tecnológica, autonomia energética, reindustrialização e perseguição da segurança econômica. E tudo isso com possibilidades de parcerias para a América Latina que antes não existiam, como os Brics, o NBD (Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics), o Projeto Cinturão e Rota da China (investimento em projetos de infraestrutura), um processo de desdolarização em curso e novas instituições regionais, embora bastante fragilizadas neste momento.

Podemos concluir que as condições internacionais são mais favoráveis para que os países da América Latina atuem para afastar o fantasma do neoliberalismo. Mas este cenário coincide com um avanço da extrema direita e do fascismo na região. Com governos sob tal égide, a desintegração regional e o abandono do desenvolvimentismo são certos. Tais governos vão manter o elevado poder político do sistema financeiro, a reprimarização produtiva, a desindustrialização, a baixa integração regional (quando não a desintegração), a forte influência das ideias neoliberais na formação dos economistas e do



debate público. São governos que não vão adotar a estratégia estatal de desenvolvimento para competir internacionalmente em um cenário com condições mais favoráveis para América Latina. Pelo contrário, estão se submetendo a uma nova Doutrina Monroe de Corolário Trump. Enquanto escrevo, Brasil e México resistem. Oxalá os ventos mudem novamente, antes que a associação neofascismo e neoliberalismo nos arraste ainda mais para o atraso e o subdesenvolvimento.

** É cientista social e historiadora, doutora em Ciência Política (UFMG), doutora em História (UnB), analista internacional e autora e organizadora dos livros Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas (Coedição Contraponto/Anita Garibaldi) e 100 Anos da Luta das Mulheres pelo Voto - Argentina - Brasil - Uruguai (Editora Instituto E Se Fosse Você?).*

1 FIORI, José Luís. *Sobre o consenso de Washington*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. 39 p. (Texto para discussão, n. 324) <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/15706>>
2 REGALADO, Roberto (org.). *El ciclo progressista en América Latina*. (Elahp, 2019) <<https://elahp.com.br/el-ciclo-progressista-em-america-latina-roberto-regalado-compilador/>>



CLIQUE E OUÇA



Depois da Era de Ouro

Henrique Pereira Braga*

■ A chamada “era de ouro” (1945-1975) foi assim denominada porque, dentre outras coisas, assegurou, nos países centrais, um modelo de crescimento econômico no qual foi possível conciliar a elevação dos salários e dos lucros; e, em parte dos países periféricos, esse modelo permitiu o processo de industrialização – mais ou menos intenso, a depender das especificidades de cada região –, de maneira que facultou a articulação entre a produção em massa e o consumo de massa. A reprodução dessa base econômica foi acompanhada, tanto num caso quanto no outro, de mudanças sociais, políticas e culturais que marcaram a modernização destas sociedades, com promessas de inclusão na “civilização ocidental” por meio do assalariamento. No período posterior à chamada “era de ouro” (1975-1991) ocorreu o desmoronamento dessa modernização porque, dentre outras coisas, as promessas da era de ouro se mostraram irrealizáveis, a tal ponto que a acumulação de capital não mais significa o crescimento da renda e do emprego das camadas médias, inclusive nos países centrais.

Esquemáticamente, a ruína da base socioeconômica do pós-guerra foi abordada como resultado da ascensão das finanças, promovida pela vitória do projeto neoliberal de sociedade, que liberou os fluxos de capitais ao redor do globo, a partir da década de 1970, para que pudessem adquirir empresas estatais, formar fundos de pensão, ofertar serviços privados de saúde e educação etc., enfraquecendo tanto os instrumentos de política econômica nacional quanto redistribuindo a renda em favor dos financeiros. Nesse sentido, o recuo dos direitos sociais, políticos e econômicos é compreendido como subproduto de políticas avançadas de *laissez faire*, que interditavam o acesso da classe trabalhadora aos direitos duramente conquistados, enquanto garantiam gastos estatais para o grande capital.¹

Na década de 2010, começaram a circular outras abordagens do neoliberalismo que destacaram sua dimensão subjetiva. Nesse particular, a explicação para a emergência do neoliberalismo está centrada na mudança da racionalidade que governava a sociedade no pós-guerra: as políticas econômicas liberais seriam um aspecto de uma nova “governamentalidade” que foi instituída, nessa leitura, pela combinação dessas políticas com outros dispositivos de poder impessoais, que caracterizam uma intervenção ativa do Estado, no âmbito do conflito social, para instituir uma sociedade na qual a concorrência seria a forma da relação social. Com isso, o indivíduo seria um “empresário de si mesmo” em todos os âmbitos da sua vida e, assim, o problema do crescimento econômico descasado da renda e do emprego seria, nessa nova racionalidade, das próprias pessoas.²

Em ambas as interpretações, a grande virada nas sociedades ocidentais teria ocorrido a partir dos anos 1980, década em que ascenderam ao poder Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), que implementaram as políticas macroeconômicas (neo)liberais e suas reformas nos dispositivos de poder, tanto em seus países quanto nos organismos multilaterais. De todo modo, essas figurações atribuem a emergência do neoliberalismo à ascensão das instituições políticas dos representantes do projeto neoliberal, deixando escapar de suas explicações a forma violenta assumida pela sua execução e, sobretudo, a experiência desse projeto na periferia.

Uma outra explicação para a emergência do neoliberalismo argumenta a partir dessa ausência. Ao ignorarem os eventos revolucionários que se seguiram ao ano de 1968, as interpretações anteriores sobre a emergência do neoliberalismo deixaram de lado o que seria a capacidade de auto-organização da classe trabalhadora, que havia começado a ameaçar as formas de controle social da classe capitalista. Em





Wikimedia

resposta a um processo revolucionário em curso, portanto, as políticas macroeconômicas e os dispositivos de poder impessoais são associados, nesta explicação, à interdição do Estado às demandas populares; e ao uso extensivo da violência estatal e/ou privada. Esse conjunto de mudanças institucionais conformaria uma política contrarrevolucionária, cujo cerne seria produzir a autorresponsabilização dos trabalhadores por si e suas famílias como norma de organização social, desmobilizando qualquer ação coletiva, pois a mediação dessa autorresponsabilização está no fomento da concorrência de uns contra os outros.³

Para essa interpretação, a “governamentalidade” neoliberal e sua política socioeconômica seriam possíveis somente por meio de instituições autoritárias, que deveriam impedir a emergência de qualquer modo de organização da vida social que não tivesse

a concorrência como seu centro. Por conseguinte, a emergência do neoliberalismo teria ocorrido, nessa perspectiva, a partir da ditadura que sucedeu o golpe civil-militar chileno (1973). Apoiada pelos principais teóricos associados ao neoliberalismo, essa ditadura representou uma efetiva guerra civil, pois, no caso chileno, o governo de Salvador Allende (1970-1973) buscava outro modo de organizar a vida social – independentemente de ter sido bem-sucedido até a ocorrência do golpe civil-militar.

Da nossa perspectiva, cada uma dessas interpretações parte de acontecimentos que, a partir dos anos 1970, marcaram a emergência de uma sociedade diferente daquela que existiu durante a era de ouro (1945-1975), ainda que permanecesse centrada na acumulação de capital. Na busca por oferecer os contornos do que seria essa sociedade – em especial após o fim da URSS –, essas

figurações delimitaram o campo da transformação somente às ações políticas de certo grupo social. Esse grupo teria se alinhado a certa ideologia para manter sua dominação, seja por meio de uma nova política econômica, seja porque instaurou uma nova racionalidade, seja ainda através de uma política contrarrevolucionária, que reagiu à organização política e social dos dominados.

Ao procederem desse modo, essas leituras do capitalismo contemporâneo deixaram de lado o exame das mudanças econômica, social e cultural ocorridas durante os “30 anos gloriosos”, que inviabilizaram o casamento supostamente virtuoso entre acumulação de capital e emprego, base do horizonte de ascensão social, da formação da camada média e da mudança político-cultural do período. Esse matrimônio tanto proporcionou a base material das formas próprias de organização da classe trabalhadora



(partido, sindicato etc.) em sua luta pela distribuição mais equitativa do excedente econômico quanto deu origem aos diversos movimentos sociais, que reivindicavam outras formas de vida social, e aos diversos processos políticos de emancipação nacional.

Chamamos a atenção para a ausência, nessas interpretações, da abordagem da mudança no interior do próprio modo de produção da vida social ocorrida durante a era de ouro, capaz de explicar a transformação da comunidade em sociedade, que colocou o indivíduo no centro da reprodução social.⁴ Mudança essa marcada pelas revoluções social e cultural. Quatro acontecimentos são definidores da revolução social: (i) o fim do campesinato; (ii) a mudança na estrutura do emprego; (iii) a fragmentação dos trabalhadores e (iv) a ascensão das mulheres como grupo político. Esses quatro acontecimentos implicaram uma mudança de época, pois houve a perda dos laços próprios às comunidades camponesas, que definiam, por exemplo, a quem cabia o cuidado de si e dos outros; e estabeleciam o costume como definidor das ações sociais.

Esse conjunto de mudanças sociais foi acompanhado de uma revolução cultural, marcada principalmente pela emergência da chamada “cultura jovem”, formada dentro dos centros educacionais que abarcavam cada vez mais mulheres, muitas vezes de locais e classes sociais distintas, mas que tinham em comum a expectativa de ingressarem na chamada “classe média” – quem sabe além. Essa cultura estava vinculada à busca do conhecimento técnico-científico do presente e ao consumo de mercadorias características dessa cultura – por exemplo, certos ritmos musicais, formas de se vestir, veículos automotores etc. A noção de “subgrupos” é uma característica dessa nova cultura. Eles compartilham certos atributos em comum e objetivos semelhantes pelos quais lutam, como as pautas ambientais, a legalização das drogas, a universalização dos anticoncepcionais etc.

Para nossa discussão, destacamos um desdobramento da revolução social e cultural: as pessoas passaram, efetivamente, à

condição de indivíduos. Reunidos em um núcleo familiar reduzido, quando não sozinhos, habitam numa sociedade na qual são dependentes das mercadorias produzidas por si para satisfazerem suas necessidades por meio das mercadorias produzidas pelos outros (sejam as empresas privadas, as empresas públicas ou a administração pública direta), ao mesmo tempo em que são independentes do ponto de vista pessoal. O que implica a efetivação, do ponto de vista geral, do valor como nexos fundamentais das relações sociais, característica definidora do capitalismo.

Entendemos, portanto, o neoliberalismo como uma prática social e uma figuração do mundo social, que reage ao declínio do processo de acumulação de capital nos anos 1970 e às transformações sociais e culturais ocorridas durante a era de ouro de uma maneira adequada à continuidade da reprodução do capital, enfeixando as lutas políticas e a cultura por meio do reforço do processo social de individualização. Enquanto cumpriu esse seu papel, o neoliberalismo continuou como o “espírito do tempo”.

Após a crise de 2008, o neoliberalismo parece ter dado lugar, paulatinamente, ao neofascismo: uma combinação peculiar de “empreendedores de si mesmo” com imputação das mazelas individuais, societárias, políticas e culturais a um grupo social específico – imigrantes, comunistas, gays etc. – que deveria ser “exterminado”, seja diretamente, seja pela sua deportação ou confinamento ao espaço privado⁵. Embora esse novo espírito do tempo atravessasse todas as camadas sociais, seu núcleo fundamental está na revolta das camadas médias pauperizadas pela mundialização da produção de mercadorias e a ascensão de novos sujeitos econômicos, sociais e políticos. Ao assistirem a compressão do seu padrão de vida pela contínua redução do poder de compra de seus salários *vis-à-vis* as exigências da reprodução social, cujos preços crescem ao ritmo das exigências de remuneração do capital financeiro, conduzindo-as ao endividamento sem fim; as camadas médias observam as camadas superiores da sociedade acumularem fortunas; e os subalternos so-

brevivem das políticas sociais, da mendicância e/ou dos empregos precários.

Em lugar das camadas médias se revoltarem contra o capitalismo ou os bilionários, a desterritorialização deste últimos e o caráter crescentemente abstrato da dominação do capital transformaram-nos em objetos inalcançáveis para essas camadas. De forma esquemática, restou a revolta contra os grupos sociais mais próximos – seja os subalternos, seja aqueles recém-integrados à produção de mercadorias e/ou à esfera pública, que ascenderam (ou não) às camadas médias. Tudo se passa como se a revogação do status de cidadania dos membros desses grupos sociais, que consiste na licença para o seu “exterminio”, fosse o caminho para restabelecer certa ordem socioeconômica, política e cultura.

Diante dessa nova prática social e figuração do mundo social, cabe interrogarmos: como seria possível quebrar os seus fundamentos? Um caminho talvez seja desarmar os processos de individualização, abrindo passagem para processos econômicos constituídos a partir de laços de solidariedade, ao invés de fundados na concorrência e na segregação social, e que desnaturalizem o incessante progresso material.

** É professor do Departamento de Ciências Econômicas do ICSA/UFRRJ e doutor em Ciências Econômicas pelo IE/Unicamp.*

1 Por exemplo, Perry Anderson (1995), Balanço do Neoliberalismo; François Chesnais (1998), A mundialização financeira; e Robert Guttmann (2008), Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças.

2 Por exemplo, Pierri Dardot e Christian Laval (2016), A nova razão do mundo, que se baseiam nas aulas de Michel Foucault (2008), publicadas em Nascimento da Biopolítica; e Wendy Brown (2019), Nas ruínas do neoliberalismo.

3 Por exemplo, Pierri Dardot et al (2021), A escolha da guerra civil; Grégoire Chamayou (2020), A sociedade ingovernável; e Vladimir Safatle et al (2020), O neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.

4 Desenvolvemos esse ponto em Individualização e neoliberalismo; apoiados, principalmente, na reconstituição histórica de Eric Hobsbawm (2013), Era dos Extremos.

5 Essa leitura está apoiada nas teses de Moishe Postone (2021), Antissemitismo e Nacional-Socialismo.

Neoliberalismo: incompreendido e duro de matar

Marcelo Dias Carcanholo*

■ O fim do neoliberalismo já foi decretado algumas vezes, desde que passou a ser hegemonia no pensamento e na prática econômica décadas atrás. Em determinado momento da virada do século passado para este século XXI, dentro do contexto de vitórias dos chamados governos progressistas na América Latina, criou-se até uma categoria (pós-neoliberalismo). De fato, os resultados pífios em termos econômicos e sociais que a estratégia neoliberal de desenvolvimento apresentou na região, naquele momento, levaram a processos sociais e políticos de rechaço àqueles governos que, inicialmente, a implementaram. Tirando casos pontuais como Venezuela, Bolívia e, com muitos limites, o Equador, aqueles governos progressistas terminaram por apresentar mais do mesmo; ainda que com mudanças meramente formais e pontuais, o neoliberalismo continuou sua saga na região, desmoralizando a tal categoria.

Até relacionado a esse contexto histórico dos governos progressistas, mas já adentrando um debate mais rigoroso da política econômica, acreditou-se que o neoliberalismo tinha sido deixado de lado quando, em determinados contextos, alguns desses governos progressistas modificaram o caráter da política econômica. Em especial, os intentos de políticas econômicas mais heterodoxas (ou menos ortodoxas) também seriam um sinal da estaca mortal no neoliberalismo. Por razões que apontaremos, essa extrema unção também foi *fake*.

A atual manifestação da declaração de morte ao neoliberalismo tem um pouco mais de base concreta. Afinal, a implementação de um choque tarifário nas relações do comércio internacional da (ainda) principal potência do mundo, os Estados Unidos, seria um sinal claro de que, a partir dali, um importante componente das refor-



mas neoliberais, a abertura comercial, daria sinais de reversão. E, de fato, se a principal economia do capitalismo mundial dá largada a uma guerra comercial e tarifária, é bastante provável que as outras economias, de alguma forma, respondam a esse ataque, reduzindo o grau de abertura comercial na economia mundial.

Essa característica incontestável da atualidade modifica claramente um dos componentes do neoliberalismo, modifica de forma importante sua forma, mas apenas isso. De maneira nenhuma altera seu sentido, e muito menos ainda a necessidade de sua continuidade e aprofundamento. A guerra tarifária iniciada pelos Estados Unidos está inserida dentro do complexo processo de questionamento e enfrentamento à principal economia imperialista do capitalismo mundial, contendo a necessária resposta dessa economia hegemônica que não se renderá, ao menos não sem luta. Mas isso levará ao fim da estratégia neoliberal de desenvolvimento como hegemonia do tempo que vivemos? Não.

Em primeiro lugar, o vociferado caráter aberto da economia dos Estados Unidos constitui uma lenda. Desde a aceleração de seu desenvolvimento, ainda no século XIX, passando por sua consolidação como principal economia imperialista no século XX, e ao longo de todo o trajeto dele até este primeiro quarto de século XXI, o que caracterizou a política comercial estadunidense sempre foi seu protecionismo, tarifário e/ou não. Assim, se o protecionismo no aspecto comercial dessa economia nas duas últimas décadas do século passado, e no início deste século, nunca colocou em xeque a hegemonia ideológica e prática do neoliberalismo, por que o faria agora? O único argumento possível para responder a este questionamento seria que a intensidade do choque tarifário seria suficiente para modificar não apenas a forma em que as relações comerciais seguirão, mas o conteúdo da economia mundial, para outra coisa que não o neoliberalismo.

Chegamos agora ao ponto crucial. A negação de algo (o neoliberalismo) implica a desconstrução do que esse algo constitui, isto é, só é possível formar uma opinião sobre o pretenso fim do neoliberalismo se, antes, soubermos o que significa o neoliberalismo de fato, e o seu sentido para o capitalismo contemporâneo.

Ao contrário do que se pensa ainda hoje, o neoliberalismo não se define no plano da política econômica (monetária, fiscal e cambial). Mais especificamente, o neoliberalismo não é sinônimo de política econômica ortodoxa, onde a política monetária utiliza os instrumentos tradicionais para controle da inflação, a política fiscal é de austeridade para obtenção de superávits (primários) e a taxa de câmbio é deixada flutuar livremente conforme a oferta e demanda por divisas, sem maiores intervenções da política cambial.

O neoliberalismo até toma a necessidade da estabilização macroeconômica como



um pré-requisito necessário, como uma condição necessária, mas longe de ser suficiente para seus objetivos (crescimento, distribuição e desenvolvimento socioeconômico). A obtenção dessa estabilização macroeconômica pode ocorrer com políticas econômicas ortodoxas, como atualmente, ou heterodoxas, como nos planos de estabilização com âncoras cambiais, que caracterizaram a região nos anos 90 do século passado. O neoliberalismo não tem nenhum problema de convivência com a heterodoxia no plano da política econômica, já que não é nesse plano que ele se define.

O constitutivo central do neoliberalismo é, a partir da obtenção da condição necessária da estabilização macroeconômica, a implementação das famosas reformas estruturais neoliberais, que incluem amplos processos de privatização, desregulamentação, liberalização e abertura de mercados de bens e serviços e financeiros. Redução da atuação do Estado na esfera produtiva, privatização e aprofundamento da mercantilização da vida, liberdade de atuação da iniciativa privada, com a menor regulamentação (interna e externa) possível, seriam marcos estruturais que intensificariam a concorrência, promovendo aumento dos investimentos, com maior produtividade e seu reflexo sobre o melhor perfil distributivo. A promessa neoliberal sempre foi que a atuação mais livre possível dos mercados garantiria crescimento e desenvolvimento das economias.

Do ponto de vista meramente lógico, há um componente autoimune no argumento neoliberal que nos ajuda a entender sua (ainda) imortalidade. O que ele defende e propugna é que quanto mais reformas e mercantilização da vida, mais as economias crescerão, com melhor alocação dos recursos e do perfil distributivo. Mas, como na realidade concreta do capitalismo as relações sociais não podem nunca se dar 100% via mercado, sem nenhuma ingerência institucional para além dele, o que não se resume apenas à presença do Estado, sempre há o argumento neoliberal de que as reformas ainda não deram o resultado prometido porque ou as reformas não foram bem implementadas ou, mais importante, ainda não foram implementadas na intensidade requerida. Sempre haverá espaço para mais uma reforma e, portanto, uma desculpa para os resultados que (ainda) não vieram. Todo neoliberal, além da resiliente quase imortalidade, sofre de uma espécie de síndrome da imunidade autoatruída, uns mais, outros menos.

É por isso que vivemos um *moto perpetuo* de reformas estruturais, aliadas a políticas de estabilização, independentemente de sua coloração mais ou menos ortodoxa, desde pelo menos os anos 80 do século passado. Não é a chegada ao poder de governos autodeclarados progressistas e/ou políticas econômicas um pouco mais heterodoxas que decretarão sua morte, muito menos a mera mudança terminológica, como parcerias público-privadas, ao invés de privatização, novo arcabouço fiscal, ao invés de austeridade, e outras tantas. Mas a redução de grau de abertura comercial pela implementação de choques tarifários para as importações modifica uma das reformas importantes no que é constitutivo do neoliberalismo e, portanto, teria um potencial maior de questionamento.

Entramos, finalmente, nas razões de por que o neoliberalismo é necessário para a atual etapa do capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, o que caracteriza qualquer crise capitalista é a superprodução de capital, o caráter excessivo deste último para suas próprias possibilidades de realização, valorização e acumulação. Portanto, a

retomada do crescimento requer que a crise saneie esse excesso de capital, via quebras, desvalorização, concentração e centralização de capital, e/ou deve-se encontrar espaços de valorização, novos ou intensificação de já existentes, para que esse excesso de capital encontre espaços lucrativos adequados. É por isso que a implementação das reformas estruturais é condição *sine qua non* para o capitalismo atual, e rotineiramente, independente do governo de plantão, novas rodadas de reformas sejam apresentadas como inevitáveis. Ainda que o grau de abertura comercial esteja questionado pelo tarifaço estadunidense, não vemos, e nem veremos, nenhum questionamento de mais privatizações, liberalização e abertura de outros mercados, como o financeiro e dos fluxos internacionais de capitais, por exemplo.

Em segundo lugar, o que caracteriza a crise atual do capitalismo é uma superprodução de direitos (títulos) de apropriação de valores no futuro, sendo que esses valores não foram ainda produzidos. Desde o estouro do mercado *subprime* nos Estados Unidos em 2007 até os dias atuais, o estoque desses títulos cresceu significativamente, enquanto a economia mundial ficou relativamente estagnada. O desequilíbrio entre valor produzido e direitos de apropriação, causa daquele estouro, só aumentou.

Como vimos, as reformas neoliberais continuam necessárias, mas novas reformas trabalhistas e da previdência são ainda mais necessárias do que as outras. O capitalismo, mais do que nunca, precisa elevar a taxa de exploração para produzir maior excedente que possa vir a ser apropriado por esse excesso de títulos de apropriação. O capitalismo mundial necessita dessas reformas todas, continuamente. Ele necessita do neoliberalismo. É por isso que ele (ainda) não morreu.

* É professor titular da Faculdade de Economia da UFF.



Primeiros resultados das políticas neoliberais no setor elétrico brasileiro¹

Clarice Campelo de Melo Ferraz*

■ As transformações institucionais neoliberais no setor elétrico, ocorridas nos últimos anos, têm como marco a privatização da Eletrobras, realizada durante o governo Bolsonaro. A empresa apresentava uma estrutura de economia mista controlada pela União e detinha parte expressiva dos ativos estratégicos de geração e transmissão do sistema elétrico nacional, além de inteligência laboral e diversos laboratórios de pesquisa. Era o principal instrumento de operacionalização da política energética pelo Estado brasileiro.

Hoje, passados quatro anos, a discussão sobre as consequências da privatização já não é teórica. A análise do modelo de gestão adotado pela empresa permite fazer um diagnóstico dos primeiros resultados da radical alteração de sua estrutura de governança, que fez com que a maior empresa do setor elétrico perdesse sua função pública e se tornasse um agente privado com controle de cerca de 50% da capacidade de armazenamento do sistema elétrico nacional.

O êxito das privatizações costuma ser analisado de maneira superficial, a partir da perspectiva dos investidores e acionistas, com foco nos resultados financeiros da empresa. No caso de uma empresa que gere recursos naturais e infraestrutura crítica nacional para a prestação de serviço essencial assegurado constitucionalmente, essa perspectiva não é suficiente. É preciso analisar os resultados para empregados, sindicatos, administradores e, principalmente, para consumidores e para toda a sociedade brasileira. São cruciais as questões relativas ao grau de concentração econômica no setor, à

redução da capacidade de atuação do Poder Executivo e ao enfraquecimento do Estado nacional.

O exercício é relativamente simples. Basta comparar o que foi prometido como resultado com o que ocorre de fato. Este texto confronta algumas das principais justificativas apresentadas como motivações da privatização e o que se verificou depois dela. A análise dos resultados alerta para impactos que estão se consolidando e inviabilizando qualquer tentativa de alcançar um projeto de desenvolvimento coerente com uma transição energética justa e inclusiva.

As promessas e o choque de realidade

De acordo com integrantes do governo Bolsonaro, que elaboraram a exposição de motivos da operação, era necessário capitalizar — isto é, privatizar — a Eletrobras para que a empresa pudesse crescer e contribuir para o crescimento econômico e a geração de empregos no País. Os argumentos eram claros: afirmava-se que a empresa não tinha condições de realizar investimentos que garantissem a preservação de sua participação de mercado. Além disso, a capitalização seria indispensável para que a empresa se tornasse mais competitiva, liderasse o mercado e apresentasse melhor desempenho nos leilões. Para que isso fosse possível, de acordo com Ministério de Energia do governo Bolsonaro, a Eletrobras precisaria investir mais de R\$ 14 bilhões por ano. Além disso, a privatização também promoveria uma redução sustentável das tarifas.

As promessas de investimentos, porém, foram substituídas por operações financeiras e por trocas de titularidade de



ativos. Com relação aos investimentos em novas capacidades para o sistema elétrico nacional (empreendimentos *greenfield*), até o final de 2025, haviam sido investidos pouco mais de R\$ 10,5 bilhões, montante equivalente a 21% do prometido na exposição de motivos.

Em contrapartida, foram distribuídos R\$ 15,8 bilhões de dividendos, com presença cada vez maior de dividendos intercalares e intermediários. Desse montante, somente no segundo semestre de 2025, foram distribuídos R\$ 8 bilhões, com voto favorável dos membros nomeados pelo atual governo. Em dezembro do mesmo ano, foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE), na qual foi aprovada a distribuição de R\$ 39,9 bilhões de lucros retidos, dos quais R\$ 31,1 bilhões já se encontravam no balanço da empresa antes da privatização, evitando, assim, o pagamento de impostos e lesando os trabalhadores. Na mesma AGE, ainda foi aprovada a migração das ações da empresa para o Novo Mercado, o que diluiu o poder dos acionistas ordinários, entre eles a União. A estratégia de financeirização também é marcada pela recompra de ações no valor de R\$ 3,2 bilhões e por emissões de R\$ 32,3 bilhões em debêntures.

Quanto aos empregos, a empresa realizou agressivos programas de demissão voluntária e adotou uma política de “junioriza-



de serem reinvestidos para garantir a sustentabilidade da empresa e a garantia da segurança do abastecimento no longo prazo.

No que se refere às tarifas, estas continuam subindo muito acima da inflação, provocando pressão inflacionária e, consequentemente, para a elevação da taxa de juros, contribuindo fortemente para um ambiente ma-

ção” de seus quadros. Desde 2021, mais de 5 mil empregados concursados foram demitidos sob o argumento de necessidade de reduzir custos; no entanto, ao mesmo tempo, a remuneração dos diretores e dos membros do conselho de administração disparou. De 2023 até o fim de 2025, onze diretores receberam, cada um, em média, R\$ 558 mil por mês, totalizando um gasto de R\$ 295 milhões. No caso dos nove integrantes do conselho de administração, a remuneração foi, em média, de R\$ 143 mil mensais, para cada um, totalizando uma despesa de R\$ 62 milhões em quatro anos. Conselheiros de administração também podem ser remunerados com ações, o que estimula a busca por ganhos de curto prazo.

Os prometidos investimentos em ativos *greenfield* não têm vez, pois são mais complexos e têm maior tempo de maturação e maior grau de incerteza. Outro eixo sacrificado são as atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas pelos laboratórios mantidos pela empresa. O caso mais marcante é o estrangulamento do Cepel, maior centro de tecnologia do setor elétrico da América Latina, capaz de gerar conhecimento e tecnologia, elementos essenciais para a garantia da soberania energética e nacional. Essa estratégia leva ao sucateamento das infraestruturas da empresa e à venda de ativos. Sob a gestão neoliberal, os lucros são utilizados para aumentar o valor das ações no curto prazo, em vez

de serem reinvestidos para garantir a sustentabilidade da empresa e a garantia da segurança do abastecimento no longo prazo. Os índices de inadimplência, de pobreza energética e de dependência da Tarifa Social continuam aumentando. O êxito da universalização do acesso físico à eletricidade, alcançado por políticas públicas como o Luz para Todos, agora é sabotado pelas tarifas elevadas. O consumidor perde o acesso econômico à energia e não consegue atender às suas necessidades.

Análise dos resultados e comentários finais: a urgência de reversão de trajetória

O balanço crítico sobre a evolução do setor elétrico após a privatização da Eletrobras contribui para o debate público neste ano eleitoral, em que novamente se apresenta a disputa entre a democracia e a extrema direita autoritária e entreguista. As evidências deveriam fomentar a resistência às privatizações.

A perda do controle da Eletrobras enfraqueceu o Estado brasileiro, que teve sua autonomia reduzida, assim como sua capacidade de formular e executar políticas públicas de qualidade, de forma deliberada. A perda de controle sobre as tarifas, ligada à falta de planejamento da expansão e da operação do sistema e à utilização ineficiente dos recursos energéticos, contribui para o aumento da desigualdade e, com isso, para um retrocesso democráti-

co. A insatisfação da população aumenta.

Sob gestão privatizada, a Eletrobras deixou de ser um instrumento de investimentos estruturantes, de pesquisa e desenvolvimento e de estabilização dos preços no setor elétrico brasileiro para se tornar um instrumento de estresse sobre os preços, sobretudo no médio e longo prazo. O governo parece associar-se a essa lógica, pois abriu mão de seu mais importante instrumento de política energética em prol do ganho momentâneo com dividendos, em detrimento da garantia da segurança energética do País e do desenvolvimento nacional. Caso nada seja feito para retomar o controle público da empresa, os problemas aqui apresentados irão se agravar, e levarão ao desmantelamento do setor elétrico.

A energia é assunto de Estado. A política energética precisa ter objetivos de curto, médio e longo prazo coordenados e alinhados com uma política de transição energética justa. Em diversos países, têm ocorrido reestatizações em setores críticos para a infraestrutura econômica e social, como energia, água e saneamento. Essa alteração da estrutura de governança vem sendo motivada pela insatisfação social e pelos danos coletivos causados por privatizações que não cumpriram as promessas feitas em prol de sua aprovação.

É a vez de o Brasil reorientar a trajetória de desenvolvimento do setor elétrico e retomar um projeto de desenvolvimento soberano e democrático, associado a uma transição energética justa.

** É professora da UFRJ e diretora do Instituto Ilumina.*

1 Este texto foi adaptado a partir de trabalho realizado em parceria com o economista Thadeu Rocha e apresentado no 7º Seminário NUPPAA – Núcleo de Políticas Públicas: Análise e Avaliação, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), realizado em dezembro de 2025.



Tatiana Brettas assina o 22º artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



Entre a dependência e a universalização dos direitos: um exame do debate sobre o financiamento das políticas sociais no Brasil

Tatiana Brettas*

■ À primeira vista, o tema do financiamento das políticas sociais parece simples: faltam recursos e é preciso administrá-los melhor. No entanto, quando examinado mais de perto, revela um conjunto de controvérsias em torno de quem paga a conta e quem decide o destino dos recursos. São disputas atravessadas por contraditórios interesses de classe, que envolvem distintas formas de definir tanto os problemas como as soluções.

Os especialistas alinhados aos interesses da grande burguesia costumam apresentar o assunto como uma questão técnica. Sua politização seria desaconselhável, dado que aos gestores caberia, de forma neutra, compatibilizar receitas e despesas. Quando a conta não fecha, a solução apontada envolveria basicamente o combate à corrupção para evitar “desvios” e/ou o corte de despesas consideradas desnecessárias. Nessa perspectiva, a escassez é explicada, em geral, pela estrutura de gastos do Estado, considerada pouco eficiente e, portanto, passível de reformas.

As formulações de Armínio Fraga Neto

(2019, p. 614), gestor de fundos bilionários de investimento e ex-presidente do Banco Central, explicitam essa análise. Segundo ele, “o Estado arrecada mal [...], gasta mal [...] e sobra pouco para investir no social. Para liberar recursos, será necessário reformar mais a Previdência, reformar o Estado (em particular a parte administrativa) e promover uma relevante redução de subsídios e gastos tributários”. Em outras palavras, o problema decorreria fundamentalmente do volume excessivo de recursos destinados à Previdência e ao funcionalismo público. Trata-se de uma interpretação que expressa uma posição de classe, ainda que apresentada como uma preocupação técnica: para melhorar a eficiência do gasto público e garantir a redução das desigualdades sociais, seria preciso cortar gastos sociais e reduzir o número de servidores responsáveis pela prestação dos serviços públicos.

O malabarismo ideológico de fazer com que interesses particularistas de uma classe se apresentem como interesses universais de toda a sociedade não é novo. Dada a sua importância, o debate sobre a estrutura tributária e as prioridades orçamentárias é historicamente dominado pelas classes



dominantes. Ao comunicarem suas decisões atribuindo-lhes um caráter altruísta e comprometido com as condições de vida da maioria da população, reivindicam ser os porta-vozes dos interesses coletivos.

O que Fraga Neto elege não mencionar é que a maior fatia dos recursos públicos federais se destina ao pagamento de juros e



amortizações da dívida. Em 2024, esses gastos somaram R\$ 1,997 trilhão, ou 42,96% do orçamento federal executado (Fattorelli; Ávila, 2025). Como esse destino alimenta as margens de rentabilidade do capital fictício, seu questionamento não se classificaria como análise técnica; assim, as despesas consideradas excessivas recaem sistematicamente sobre aquelas direcionadas à garantia de direitos sociais.

No Brasil, o debate sobre os gastos públicos ganhou um impulso importante nos anos 1980, com o avanço das pautas da classe trabalhadora nas lutas pela redemocratização. Os embates que culminaram na Assembleia Constituinte (1987–1988) e na promulgação de uma nova Constituição intensificaram os conflitos em torno de quem deveria pagar a conta e do destino dos recursos do fundo público.

O movimento da Reforma Sanitária destacou-se nesse contexto e contribuiu para fortalecer a compreensão de que a luta pela ampliação de direitos envolveria também a pauta do financiamento. Diferente da primeira perspectiva apresentada, o campo progressista identifica a escassez de recursos como seletiva e denuncia a falta de prioridade para as políticas sociais. Assim, as decisões orçamentárias não são puramente técnicas, mas também políticas e afetam tanto a composição dos recursos em sua origem como o seu destino.

Foi, em especial, no contexto da luta pela implementação da Seguridade Social e, no seu interior, do Sistema Único de Saúde (SUS) que o financiamento ganhou densidade nas reivindicações da classe trabalhadora. As denúncias sobre a insuficiência orçamentária para viabilizar o acesso universal à saúde foram fundamentais, por exemplo, para a aprovação da Emenda Constitucional 29/2000, que definiu – com muitos limites e ambiguidades – percentuais mínimos de repasses para ações e serviços públicos de saúde para cada nível de governo. Regulamentada apenas em 2012, a medida foi esvaziada com a Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto para os gastos primários, tendo sido substituída posteriormente pelo Novo Arcabouço Fiscal (2023).

Se nos anos 1990 e início dos 2000 a discussão girava em torno das denúncias de falta de recursos, com o tempo se desdobrou em um diagnóstico político sintetizado pelo termo subfinanciamento. Em 2004, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) publicou o documento *Convergências e Divergências sobre Gestão e Regionalização do SUS*, no qual há uma seção para tratar do subfinanciamento na implementação do chamado SUS constitucional. A análise foi reafirmada nos documentos posteriores e, quase 10 anos depois, apareceu pela primeira vez em um relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) (2012).

O termo subfinanciamento, formulado nessas instâncias participativas, difundiu-se na segunda metade dos anos 2010 em órgãos governamentais, organismos internacionais, instituições de pesquisa e outras entidades, chegando às universidades por meio das publicações em revistas acadêmicas, o que gerou a ampliação do debate da saúde para outras políticas sociais.

Nessa produção, que ganhou corpo e legitimidade teórica depois de se consolidar como pauta política, o ponto de referência é o SUS constitucional. Mesmo quando não aparece explicitamente, esse entendimento sustenta uma vinculação entre a implementação plena das garantias constitucionais e o financiamento necessário para tal. O subfinanciamento consistiria em um montante insuficiente para materializar o SUS registrado em lei, uma realidade explicada pelos efeitos do neoliberalismo. Assim, as conquistas da Carta Magna teriam encontrado na ofensiva neoliberal um impedimento para sair integralmente do papel e reproduzir aqui a experiência de alguns países europeus no pós-Segunda Guerra Mundial.

É preciso reconhecer que a denúncia quanto à insuficiência de recursos para a garantia de direitos é fundamental para as lutas organizadas pela classe trabalhadora. A pauta produziu unidade entre grupos políticos e movimentos sociais, contribuindo para conquistas ao longo das reivindicações em torno do desenho estabelecido pela Constituição para as políticas sociais. No entanto, a escolha dos termos não é aleató-

ria e também aponta o horizonte da pauta.

Sob esse aspecto, é importante lembrar que as disputas pelo fundo público são taticamente importantes, mas restritas ao campo da distribuição da riqueza, de modo que não atingem as determinações estratégicas. O nó central – a relação entre a produção e apropriação da riqueza social – precisa permear nossas formulações e contribuir para orientar os processos de resistência. A análise teórica e a ação política sustentadas na denúncia do subfinanciamento o tratam como um “desvio de rota”, que situa a luta por um suposto financiamento pleno como um dos caminhos para a superação das desigualdades estruturais.

A compreensão dos limites dessa abordagem exige descolar de alguns dos seus pressupostos implícitos, dentre os quais se destaca a expectativa quanto à criação de um Estado de bem-estar social nos moldes europeus como horizonte da luta. Para tanto, nada melhor do que trazer para o centro do debate as determinações históricas do capitalismo dependente. O desenvolvimento desigual, marca da expansão mundial do modo de produção capitalista, implica profundas desigualdades na produção e apropriação de riqueza, que geram não só as desigualdades no plano nacional, mas também entre os países. Por mais comum que seja acreditar que o Brasil deveria (e poderia!) seguir o exemplo daqueles que garantiram a universalização das políticas sociais, é preciso lembrar que, no centro imperialista, esses mesmos processos estiveram associados à apropriação de riquezas produzidas na América Latina e em outros territórios.

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista deita raízes na colonização e na concentração de riquezas no centro do sistema. As hierarquias entre os países, embora expressem trocas comerciais desvantajosas, não encontram nelas as suas determinações centrais. São as estruturas produtivas internas – constituídas e articuladas a uma inserção internacional marcada por diferenciais de produtividade – que viabilizam processos sistemáticos de transferência de valor a partir dos países dependentes. Essas transferências se vinculam à forma particu-



lar do ciclo do capital nessas economias e são compensadas pela superexploração da força de trabalho. Trata-se de uma engrenagem que alicerça o desenvolvimento de uma forma particular de capitalismo cuja marca estrutural é a dependência (Marini, [1973] 2022).

É, portanto, no interior dessa disputa – desigual e hierarquizada – pela apropriação da riqueza entre países dependentes e centrais que se situa o caráter contraditório das políticas sociais. Se, por um lado, atendem às lutas e demandas da classe trabalhadora, por outro, são respostas de Estados cujas configurações e margens de atuação incidem de forma distinta sobre a reprodução das relações capitalistas.

No pós-Segunda Guerra Mundial, como consequências de dois conflitos bélicos mundiais e a expansão das revoluções socialistas, as classes dominantes produziram respostas aparentemente contrárias: em um punhado de países europeus, a edificação de Estados de bem-estar social; em diversos países dependentes, golpes empresariais-militares que instituíram ditaduras do grande capital. Todavia, ambas as respostas se articulam econômica e politicamente se tivermos no radar a compreensão de que tais ditaduras foram apoiadas pelas burguesias centrais e o chamado *Welfare State* só foi possível mediante a apropriação das riquezas produzidas nos países dependentes e deles expropriadas (Brettas, 2026).

Esta breve digressão ajuda a situar as contradições da trajetória das políticas sociais no Brasil. A sua configuração foi estruturalmente pontual e fragmentada, contribuindo para legitimar períodos marcados por restrições democráticas. Se foi na ditadura do Estado Novo que os direitos trabalhistas ganharam volume, foi na ditadura empresarial-militar que a estrutura previdenciária se unificou e ampliou. A saúde e a educação, entretanto, estavam longe da universalização, sendo regulamentadas de forma mais abrangente após a Constituição de 1988, quando o neoliberalismo já materializava a retomada da hegemonia burguesa no pós-crise dos anos 1960-70 (Brettas, 2025).

Considerar esses fatos permite com-

preender que a trajetória das políticas sociais no neoliberalismo assumiu contornos mais complexos do que a recorrente ideia de “desmonte” é capaz de sintetizar. Mesmo representando um contexto de derrota estratégica para a classe trabalhadora, houve, no Brasil, um arcabouço legislativo conquistado no período de redemocratização que não pode ser ignorado e viabilizou a incorporação de direitos inexistentes no período anterior.

A luta pela Reforma Sanitária contribuiu para a ampliação dos recursos e equipamentos de saúde, mesmo com a implementação do neoliberalismo. Isso se evidencia ao contrastar o SUS atual com o acesso viabilizado pela medicina previdenciária, que perdurou até 1988, caracterizado por um padrão seletivo e excludente, condicionado à contribuição e à formalização do trabalho. Significa reconhecer a inegável contribuição das lutas em torno do financiamento da saúde e das demais políticas sociais e o quanto o termo subfinanciamento soldou essa pauta, reunindo setores institucionalizados e movimentos sociais autônomos.

Entretanto, quando se alimenta uma visão idílica de que seria possível reproduzir no Brasil as experiências do Estado de bem-estar social – que, diga-se de passagem, nem na Europa se generalizaram – assentam-se parâmetros falseadores que abrem contradições para o avanço da luta. O termo subfinanciamento, ao pressupor, em oposição, um financiamento pleno, dificulta a apreensão da complexidade que envolve nossa condição de dependência e as respostas produzidas pelo Estado nesse contexto. Assim, pode ser que os ganhos políticos que essa pauta gerou já tenham batido no teto.

Em outras palavras, a dinâmica do capitalismo dependente impede a resolução de desigualdades estruturais por meio das reformas, o que afeta as possibilidades de universalização de direitos sociais. Do mesmo modo, o neoliberalismo não é apenas uma conjuntura desfavorável, mas uma fase histórica capitalista que reorganiza a relação entre produção e finanças, assentando a rentabilidade no capital fictício e na expansão contínua do sistema da dívida. A contes-

tação desses mecanismos atinge os fundamentos do sistema.

Para avançarmos, é preciso questionar as mistificações que atravessam o caminho e manter no horizonte a necessária ruptura com as relações capitalistas. A disputa pelos recursos permanece necessária, mas não deve alimentar expectativas incompatíveis com nossa formação econômico-social. No século 20, a universalização dos direitos sociais somente ocorreu nas periferias por meio de experiências socialistas. Quem sabe, com as devidas mediações e atualizações, este caminho ainda não seja uma alternativa no século 21?

* É professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil (Lecad).
E-mail: tatiana.brettas@gmail.com.

Referências

- BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, Estado e “questão social”. In: MAURIEL, Ana Paula Ornelas; TEIXEIRA, Leile; BRETTAS, Tatiana (org.). *“Questão social” e Estado no Brasil (1850-1930): origens históricas e fundamentos teóricos*. Marília/SP: Lutas antipital, 2026. p.185-215.
- BRETTAS, Tatiana. Neoliberalismo e políticas sociais no Brasil: uma análise sob a perspectiva do capitalismo dependente. In: GOMES, Cláudia et al (org.). *A crise do capital [recurso eletrônico]: marco histórico e expressões atuais no Brasil*. Recife: Ed. UFPE, 2025. p.236-268.
- FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. Sistema da dívida: a sangria continuou em 2024. *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, seção Opinião, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/sistema-da-divida-a-sangria-continuou-em-2024/>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- FRAGA NETO, Armínio. Estado, desigualdade e crescimento no Brasil. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, v.38, n.3, p. 613-634, set./dez., 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Dialética da dependência e outros escritos*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2022. p.167-216.